

Patrocínio:



"O Ministério da Saúde informa: após os 6 (seis) meses de idade continue amamentando seu filho e ofereça novos alimentos."

SITES ABRIL

Notícias

Esportes

CELULAR

Diversão

ASSINE

Saúde

SHOPPING

Mulher

Meu site



BUSCA

• Busca avançada

OK

FALE CONOSCO

- Escreva para VEJA
- Para anunciar
- Abril SAC

ASSINE

veja

E ganhe até 12 meses a mais e 50 dias para começar a pagar!

ACESSO LIVRE

- Conheça as seções e áreas de VEJA.com com acesso liberado

PÁGINA INICIAL

REVISTAS



VEJA
• Especial
finanças
• Índice

1 2 3 4 5 Assine!

- Acervo Digital
- VEJA
- Veja São Paulo
- Veja Rio
- Newsletter VEJA
- Edições especiais
- Edições extras
- Edições anteriores
- VEJA 40 anos
- Seminário e vídeos
- Cinemateca VEJA
- Conheça a coleção

OS MAIS VENDIDOS

- Lista estendida dos livros mais vendidos

BUSCAS

- Busca Avançada
- Imagens das capas
- Acervo Digital
- Arquivo 1997-2009
- Arquivo e Coleções 40 anos de VEJA
- O Melhor da Cidade

Cidade

- Guia internet

COLUMNISTAS

- Antonio Ribeiro, de Paris
- Betty Milan, sexualidade
- Costa Machado, direitos fundamentais
- Diogo Mainardi, podcast
- Geraldo Medeiros, obesidade/nutrição
- Gustavo Ioschpe, educação
- Isabela Boscov, cinema
- Jairo Nicolau, pesquisas/eleições
- Lauro Jardim, Radar on-line
- Lucia Mandel, dermatologia
- Mayana Zatz, genética
- Reinaldo Azevedo, blog
- Renato Dutra, atividade física
- Roberto Gerosa, vinhos
- Tony Bellotto, crônicas
- Olimpíada 2008
- Thaís Oyama
- Carlos Maranhão
- Ye Li

SEÇÕES ON-LINE

- Comer e beber
- Educação
 - Vestibular
 - Veja na Sala de Aula

REVISTAS

VEJA

Edição 2093
31 de dezembro de 2008
• ver capa

NESTA EDIÇÃO

- Índice
- Geral
- A semana
- Retrospectiva 2008
- Perspectiva 2009

Artigo Jeffrey Frieden

Os Estados Unidos em seus dias de América Latina

"Assim que a crise mais imediata esteja contida, o governo americano terá de reduzir seu déficit orçamentário, e o país terá de passar a consumir menos e poupar mais. No geral, o resultado será uma redução dramática no padrão de vida de muitos americanos. Mas o ajuste é necessário para que se restaure o equilíbrio macroeconômico"

M. Spencer Green/AP



SEM FALAR NA CORRUPÇÃO...

O governador de Illinois, Rod Blagojevich, investigado por uma série de falcatruas políticas: cacochetes de república das bananas

A crise financeira americana de 2008

deve parecer familiar aos latino-americanos, uma vez que é muito similar àquelas causadas por dívidas que há anos flagelam os países da América Latina. Desde 2000, os Estados Unidos tomaram emprestados de outras nações 5 trilhões de dólares. A dívida externa financiou uma grande expansão econômica, e então um boom, e então uma bolha, em particular nos setores financeiro e imobiliário. A bolha agora estourou e a economia se encontra em uma espiral descendente.

Embora haja diferenças entre as crises de dívida americana e latino-americana, as semelhanças são esmagadoras. Para começar, a iniciativa partiu do governo, que contraiu empréstimos internacionais pesados para financiar grandes déficits. O setor privado seguiu o exemplo, usando fundos estrangeiros para expandir o consumo, especialmente no mercado imobiliário. Operações financeiras especulativas alimentaram e ampliaram o impacto dos empréstimos estrangeiros. Por quase uma década, o país viveu além de seus meios: consumiu mais do que produziu, investiu mais do que poupou, e o governo gastou mais do que arrecadou.

O rescaldo inevitável de uma crise financeira também é bem conhecido dos latino-americanos: estabilização, ajuste e reforma. Estamos agora na fase de estabilização, em que a principal tarefa é limitar os danos

VEJA TAMBÉM

Nesta edição

Artigos

- Niall Ferguson
- Bruce Scott
- Jeffrey Frieden
- Zhiwu Chen
- Parag Khanna
- Alexandre Delaigue
- Mariano Grondona
- Mailson da Nóbrega

Publicidade

férias
esticadas

Assine
REVISTAS
ABRIL
por 1 ano
e GANHE
+ 6 meses!

Assine por
2 anos e
GANHE +
12 meses!

AssineAbril.com

• **Eleições 2008**• **Saúde****VEJA Na História**

- Crash da Bolsa
- Primeira Olimpíada
- Copa de 1958
- Israel
- 1808
- Crise dos Misseis
- II Guerra Mundial
- Regime Militar
- Descobrimto
- República

Especiais

- Collor
- Julgamento do mensalão
- 10 anos de

VEJA.com

- Aquecimento global
- Eu Digital
- Governo Lula
- Ronaldo
- Desastres naturais
- 50 anos do Rock
- Brasil nas Olimpíadas

Coberturas on-line

- Copa do Mundo 2006

- Conheça o país
- Cronologia
- Quem é quem
- Em profundidade
- Perguntas e respostas
- Em dia
- Testes

MULTIMÍDIA

- Galerias, slideshows e infográficos
- Trechos de livros, músicas e filmes
- Livros mais vendidos
- VEJA no celular
- Vídeos

imediatos e impedir um colapso econômico mais extenso. Esta fase salienta uma grande diferença entre a atual crise americana e as crises latino-americanas anteriores: a americana não levou a um cessamento súbito da disposição estrangeira em emprestar ao governo americano. Isso significa que o governo pode se valer do gasto agressivo, mesmo em situação de déficit, para tentar estimular a economia e tornar o golpe menos doloroso. Isso é uma ótima notícia, tanto para os americanos como para o mundo. Se o governo dos Estados Unidos se visse impedido de contrair empréstimos, a recessão sem dúvida seria muito mais profunda, e seu impacto sobre o restante do mundo, sem dúvida, muito mais sério. Entretanto, é quase certo que haverá uma recessão grave nos Estados Unidos, e que levará pelo menos dois anos até que a economia americana volte a crescer.

Mesmo depois de restaurado o crescimento econômico, porém, os Estados Unidos terão de enfrentar os desafios do ajuste de médio prazo: havia anos a situação econômica do país já era insustentável. Todos os anos, desde 2001, os Estados Unidos tomam emprestado entre meio trilhão e 1 trilhão de dólares. Esse dinheiro é dirigido ao financiamento dos déficits maciços do governo, assim como dos imensos déficits da balança comercial e financeira do país para com o restante do mundo. Isso não pode perdurar. Assim que a crise mais imediata esteja contida, o governo terá de reduzir seu déficit orçamentário, e o país terá de passar a consumir menos e poupar mais, importando menos e exportando mais. Novamente, isso deve soar familiar aos latino-americanos, que já atravessaram essas experiências. Elas nunca são agradáveis. Nos Estados Unidos, o processo exigirá que se aumentem os impostos e se reduza o gasto do governo, forçando uma redução dos salários para aumentar as exportações, e elevando as taxas de juros para estimular a poupança. No geral, o resultado será uma redução dramática no padrão de vida de muitos americanos. Mas o ajuste é necessário para que se restaure o equilíbrio macroeconômico.

O ajuste macroeconômico não constituirá a etapa final do rescaldo desta crise, pois as instituições econômicas do país necessitam de reformas mais fundamentais. Em primeiro lugar está a demanda por uma regulação mais abrangente e eficaz dos mercados financeiros. Até que esta crise termine de fato, os contribuintes americanos podem ter de despendar algo como 2 ou 3 trilhões de dólares para socorrer o sistema financeiro do país. Os americanos estão inflexíveis na convicção de que essa experiência não pode vir a se repetir, e de que a ausência de uma supervisão regulatória foi em grande parte responsável pelo desastre. Então o Congresso, o presidente e os reguladores terão de elaborar uma nova estrutura regulatória – provavelmente em conjunto com os governos de outras nações – para enfrentar as novas realidades financeiras.

Nenhum desses estágios será fácil. Somados, eles implicam uma guinada dramática em relação às políticas dos anos Bush. Haverá mais envolvimento do governo na economia, e mais supervisão pública dos mercados financeiros. Haverá também impostos mais altos e consumo reduzido, enquanto o pesadelo fiscal dos últimos oito anos for gradualmente desfeito.

Embora os desafios econômicos no caminho dos Estados Unidos sejam sérios, os desafios políticos talvez sejam ainda mais temerários. A crise certamente inflamará paixões políticas poderosas. Mesmo antes dela, havia um grande ressentimento em torno do abismo crescente entre ricos e pobres nos Estados Unidos; a maior parte das benesses da expansão econômica dos últimos dez anos foi colhida pelos 10% mais ricos da população, ao passo que os americanos médios não experimentaram grandes melhoras em suas condições.

Agora se pede aos americanos que se sacrifiquem para remediar os excessos de seu sistema financeiro. Os americanos ricos foram os principais beneficiários das políticas econômicas recentes. Quando essas políticas falharam, foi aos americanos pobres e de classe média que se pediu que socorressem a economia e amparassem aqueles que conduziram o país à sua presente crise.

Seja esse ponto de vista totalmente justificado ou não, o fato é que muitos americanos compartilham dele. Os americanos estão indignados, e o novo governo terá de dar respostas a essa indignação ao mesmo tempo em que trabalha para recuperar a confiança dos investidores domésticos e estrangeiros nos Estados Unidos. Essa será uma missão extraordinariamente difícil. O novo governo enfrenta a tarefa de pôr a economia americana, assim como o sistema político americano, no caminho de uma recuperação saudável. O presidente eleito, Obama, conta com uma grande reserva de boa vontade, em casa e fora dela, à qual recorrer; e precisará dela toda para que ele e seu governo possam renovar a política econômica americana.